

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE AQUICULTURA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A
PISCICULTURA MARINHA NO BRASIL**

LUZ WEBER BALADÃO

Florianópolis/SC
2003

194075

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE AQUICULTURA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A
PISCICULTURA MARINHA NO BRASIL

Relatório de Estágio Supervisionado II
Do Curso de Engenharia de Aqüicultura

Acadêmica: Luz Weber Baladão
Orientador: Prof. Elpídio Beltrame
Supervisor: Carlos Eduardo Martins de
Proença
Empresa: Secretaria Especial de
Aqüicultura e Pesca

Florianópolis / SC
Julho de 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Supervisor de Estágio, Cadu, por me deixar escolher o tema do meu trabalho, a forma de trabalhar e me auxiliar quase todas as vezes que eu precisei.

Aos meus colegas de repartição, obrigada pelos ensinamentos passados, e por me ensinarem a redigir um parecer técnico decente.

Ao Célio Antônio, Subsecretário de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca, agradeço por me dar a oportunidade de trabalhar na Capital Federal, em um lugar que me possibilitou conhecer um lado da Aqüicultura que eu não pude conhecer na sala de aula.

Agradeço aos meus professores e colegas/amigos que me auxiliaram neste último passo antes da conclusão do Curso, seja com informações corriqueiras sobre assuntos diversos, seja na área do meu trabalho.

Por fim agradeço ao meu namorado por editar o texto final do documento.

ÍNDICE

LISTAS DE ABREVIATURAS	iv
RESUMO	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. A INSTITUIÇÃO	2
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	4
3.1. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	4
3.2. ATIVIDADES TÉCNICAS	4
3.3. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	6
4. PRÉ-PLATAFORMA TECNOLÓGICA DA PISCICULTURA MARINHA	7
4.1. PLATAFORMA TECNOLÓGICA	7
4.2. ESTRUTURA DO DOCUMENTO	7
4.3. VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO	8
4.4. COMO FOI CONDUZIDA A ATIVIDADE	8
5. BIBLIOGRAFIA	9
6. ANÁLISE CRÍTICA DO ESTÁGIO	10
7. ANEXOS	11

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCC	– Associação Brasileira de Criadores de Camarão
ABRAT	– Associação Brasileira de Truticultores
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPA	– Departamento de Pesca e Aquicultura
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
PPA	– Plano Plurianual
SEAP/PR	– Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SUDEPE	– Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O Estágio Supervisionado II foi realizado entre os dias 02 de abril e 30 de junho de 2003, na SEAP/PR, em Brasília/DF. O Supervisor de Estágio na empresa foi Carlos Eduardo Martins de Proença. O Orientador foi Elpídeo Beltrame. Durante o estágio foram desenvolvidas atividades administrativas, técnicas (elaboração de pareceres técnico, de relatórios, etc), e participação em reuniões dentro e fora da Secretaria. Como trabalho de estágio ficou decidido que escreveríamos um *documento sobre Piscicultura Marinha no Brasil, que pudesse servir de base para um Plano de Desenvolvimento da Atividade*. O trabalho não pode ser concluído por falta de dados e insuficiência de tempo por parte do Supervisor e da estagiária. Foi muito importante para o aprendizado das várias faces da aquicultura ter feito este estágio em um órgão de fomento.

INTRODUÇÃO

O Curso de Engenharia de Aqüicultura foi implantado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC a partir do “Vestibular UFSC 1999”. Pela força de vontade dos professores do Departamento de Aqüicultura do Centro de Ciências Agrárias, que com base em suas experiências, e atuando no ensino de pós-graduação a quase uma década, desenvolveram um modelo de ensino que visava formar profissionais na área agropecuária que vem crescendo 25% ao ano nos últimos anos (SEAP/PR, 2003a) – a Aqüicultura.

O Curso visa formar profissionais especializados em carcinicultura, piscicultura marinha e de água doce, e malacocultura. No caminho da formação os alunos passam por disciplinas básicas (cálculo, fisiologia, física, bioquímica, etc), disciplinas aplicadas (genética, reprodução de peixes, cultivo de microalgas, etc), e disciplinas sócio-econômicas (administração, planejamento, elaboração de projetos, etc) e por dois estágios supervisionados obrigatórios. O primeiro na quinta fase com 108 horas e o segundo na nona fase com duração de 360h.

O estágio supervisionado é importante para a formação acadêmica, pois possibilita aos estudantes terem vivência dos ambientes de trabalho antes de terem que começar a trabalhar. O fato de poder experimentar antes de escolher qual o ramo que vai se seguir ajuda a não escolher errado e se arrepender, pode-se desta forma, sem prejuízo à carreira profissional e com acréscimo à vida acadêmica, viver várias situações diferentes e únicas.

O Estágio Supervisionado II é coordenado pelo Professor Jaime Fernando Ferreira. O Professor Elpidio Beltrame foi o orientador do trabalho. E o supervisor na SEAP/PR foi Carlos Eduardo Martins de Proença.

O local em que foi realizado o estágio é a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, criada em janeiro de 2003, estabelecendo, pela primeira vez na história, uma política nacional para o setor, em nível ministerial, atendendo reivindicação dos seus trabalhadores e de suas comunidades. Situada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF.

Este relatório compreende as atividades realizadas de 02 de abril a 30 de junho de 2003, contabilizando 480 horas trabalhadas e é parte integrante das avaliações exigidas para obtenção de conceito na Disciplina de Estágio Supervisionado II.

A INSTITUIÇÃO

A atividade de aqüicultura esteve sob a alçada da Sudepe até 1989 quando da criação do Ibama, a Superintendência tinha como norteadores o fomento e a fiscalização da atividade de pesca e da incipiente aqüicultura da década de 80.

O Ibama, formado pela junção de vários órgãos com atividades diretamente ligadas ao meio ambiente (inclusive a Sudepe), teve como objetivos balizadores a fiscalização e o ordenamento das atividades exploradoras do meio ambiente, ficando a função de fomento esquecida até a formação do DPA/MAPA, em 1998, por Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República.

O Departamento passou a dar assistência ao setor produtivo através de ações de fomento e atividades conjuntas com outros órgãos para desenvolvimento da aqüicultura, como exemplo dessas ações conjuntas podemos citar as plataformas tecnológicas que foram elaboradas com apoio do CNPq, da ABCC, da ABRAT, etc.

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca foi apresentada durante a campanha presidencial de 2002, quando o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, através da Carta Compromisso aos Pescadores promete: “Criar uma Secretaria Nacional de Pesca e Aqüicultura, visando a integrar os diversos ministérios que possuem relação com o setor pesqueiro de maneira a compatibilizar as diversas ações relativas à pesca no País”.

A SEAP/PR foi criada pelo atual Governo Federal através da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Cabe à Secretaria a formulação, coordenação e implementação de políticas e diretrizes para desenvolvimento e o fomento da produção da pesca e da aqüicultura nacional de forma sustentável, sob as perspectivas econômica, social e ambiental.

A Secretaria tem um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca que tem como objetivo superior “articular atores e ações, estimular a produção, promover a inclusão e contribuir com a segurança alimentar e o desenvolvimento do País” (SEAP/PR, 2003b). Os resultados esperados com este Projeto Político são:

1. Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento.
2. Assegurada a sustentabilidade da aqüicultura e pesca.
3. Setor da aqüicultura estruturado.
4. Setores pesqueiros, costeiro e continental, estruturados.
5. Política nacional de aqüicultura e pesca gerando inclusão social.
6. Políticas de crédito e extensão estruturadas e acessíveis.

7. Desenvolvimento e difusão tecnológica gerando expansão da produção e redução de desperdícios.

8. Produção de pescados contribui com o Programa Fome Zero.

A SEAP/PR é um órgão da Presidência da República sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, segundo e nono andares. Possui um quadro funcional composto por 241 pessoas, sendo 68 funcionários nas Gerências Regionais e Estaduais.

A Secretaria tem duas Subsecretarias: 1) de Planejamento de Aqüicultura e Pesca, com três Diretorias com duas coordenações cada; e 2) de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, com duas diretorias com duas coordenações cada, conforme pode ser observado no organograma estrutural (Anexo 01).

A Diretoria de Desenvolvimento de Aqüicultura, onde foi realizado o estágio, possui uma Coordenação de Aqüicultura Continental e uma Coordenação de Maricultura. Como não estão todos os membros das coordenações nomeados ainda, a Diretoria está trabalhando de acordo com a demanda, analisam-se os projetos que chegam por ordem de data.

A Secretaria foi criada em janeiro de 2003 com a função de fomentar as atividades de aqüicultura e pesca. A Diretoria de Desenvolvimento da Aqüicultura, além do fomento, é responsável pela cessão de águas de domínio da União, assessora o legislativo na elaboração de leis, participa de eventos – através de seus técnicos ministra palestras, colabora com debates, etc -, elabora planos de desenvolvimento para as diferentes cadeias produtivas da aqüicultura (Plataforma Tecnológica do Camarão Marinho Cultivado, da Malacocultura, e da Truticultura).

A Diretoria tem como princípios balizadores à competitividade e a sustentabilidade da aqüicultura, foco na cadeia produtiva, agilidade e continuidade das ações e co-gestão dos projetos em parceria com órgãos Estaduais, Municipais e produtores.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante os meses de estágio foram realizadas, atividades administrativas e técnicas, participações em reuniões dentro e fora da SEAP/PR. As atividades realizadas no período estão descritas abaixo.

1. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

Neste item se encaixam atividades como trato com documentos (recebimento, despacho, arquivamento); relacionamento com o protocolo; comunicação interna; atendimento telefônico; registro digital de contatos e de memórias de reunião.

2. ATIVIDADES TÉCNICAS:

a) Emissão de Parecer Técnico: o parecer técnico é um documento que resulta da análise crítica, sem opiniões pessoais, dos projetos/processos recebidos pela Diretoria de Desenvolvimento da Aqüicultura, que peçam algum auxílio financeiro ao Governo Federal.

Durante a análise do documento devem ser observados os seguintes aspectos:

- I. Demanda Real: se o recurso solicitado servirá como fomento à atividade ou se existe uma iniciativa governamental ou particular que já atenda àquela necessidade;
- II. Características: objetivos, beneficiados, montante solicitado.
- III. Projeto: espécie, água (quantidade/qualidade), clima, solo (granulometria), topografia, relação área X produção (superdimensionado, subdimensionado), cronograma de implantação. No caso de ser uma obra de construção civil, se as plantas estão presentes com assinatura do técnico responsável. Observar se o currículo do projetista está presente, verificar suas possibilidades em assessorar tal empreendimento (exemplo – anexo 02).

Ao longo do estágio foram analisados aproximadamente 15 projetos/processos:

- Projeto Auto-sustentação dos camponeses a partir da pesca;
- Incentivo da cultura, pesca e maricultura no litoral do Estado do Paraná;
- Projeto de desenvolvimento aqüícola para geração de emprego e renda em assentamentos, agrovilas e pequenas propriedades rurais;
- Propostas para o desenvolvimento da aqüicultura e da pesca no Estado da Bahia;
- Cadeias produtivas da Tilápia e da Truta no Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Construção de Laboratórios, Tanques, Viveiros, Salas de aula e Sala ambiente no CETAq – Centro de Educação Tecnológica em Aqüicultura;

- Projetos Auto-sustentação dos camponeses a partir da pesca e Viabilização da pesca para o sustento de famílias ribeirinhas no Pará;
- Proposta para implantação de um pólo de aquicultura na Região Tocantina do Estado do Maranhão;
- Projeto de implantação da Estação de Piscicultura do Amapá;
- Construção de açudes para o desenvolvimento da piscicultura em Itapiranga/SC;
- Criação de infra-estrutura para piscicultura em Romelândia / SC;
- Projeto De Olho no Pantanal;
- Projeto adequação das Associações de Piscicultores do Alto Vale do Itajaí à uma indústria Processadora de peixes;
- Projeto de Rizipiscicultura;
- Projeto de Cultivo de Algas em Pequena Escala no Nordeste do Brasil.

b) Revisão das Plataformas Tecnológicas da Truta e da Malacocultura: as Plataformas Tecnológicas são documentos construídos a partir de discussões com o setor produtivo e trazem as ações necessárias para o desenvolvimento do setor.

As revisões foram feitas para uma nova edição a ser publicada para o evento "World Aquaculture 2003" em Salvador/BA, que não foi realizada por que não houve tempo. Para a atualização foram refeitos gráficos incluindo a produção do ano de 2001, alterados alguns preços para os atualmente praticados, e foi feita uma revisão gramatical de todo documento.

c) Elaboração de Relatórios: os relatórios são documentos através dos quais se informa aos superiores do andamento de uma atividade ou do resultado de uma reunião.

Durante o estágio foram elaborados três relatórios: um sobre a demanda recebida nos cinco primeiros meses do ano, outro com os processos pendentes na diretoria, e o terceiro de uma reunião com a FAO sobre cultivo de algas no Nordeste (Anexo 03).

d) Revisão Bibliográfica: foram lidos documentos institucionais, textos técnicos (publicados e não publicados), as Plataformas Tecnológicas, documentos legais (leis que regulamentam a aquicultura), textos da internet, notícias de jornais e revistas, livros técnicos, relatórios, etc.

e) Pré-plataforma Tecnológica da Piscicultura Marinha: elaboração de um documento que servisse de base para uma Plataforma. Sobre este item vamos falar detalhadamente nos capítulos seguintes.

3. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES:

As reuniões acontecem o tempo todo na Secretaria, que estava se estruturando nos meses de estágio. Dentre estas reuniões fizeram parte das atividades de estágio:

a) Reunião preparatória para a elaboração do Plano Plurianual – PPA: realizada para expor os objetivos, dimensões, etapas e metodologia para elaboração do Plano.

b) Reuniões preparatórias para o “World Aquaculture 2003”: feitas para discutir sobre a apresentação da SEAP/PR, tamanho e forma do Stand, conteúdo e quantidade de folders, etc.

c) Seminário de Planejamento Interno da SEAP/PR (7-10/06/03): que tinha como objetivos elaborar o Plano Estratégico da Secretaria e descrever suas atividades; definir responsabilidades e competências de seus membros; promover a integração da equipe em torno do bem comum: transformar a realidade da aquicultura e da pesca no Brasil; ministrar curso específico sobre Registro de Pesca.

d) Reuniões de Rotina: realizadas periodicamente para definir competências dos diretores; elaborar procedimentos; definir responsabilidades; discutir ações; etc. Acontecem semanalmente entre o Subsecretário e a Diretoria.

e) Reunião com a Missão da FAO: nos dias 21-22/05/03 realizou-se em Brasília uma reunião para avaliar o andamento do Programa de Cooperação Técnica TCP/BRA/0065/FAO “Cultivo de Algas em Pequena Escala no Nordeste do Brasil”.

PRÉ-PLATAFORMA TECNOLÓGICA DA PISCICULTURA MARINHA

Quando do início do estágio ficou estabelecido entre supervisor e estagiário que, para uma determinada empresa se lembrar de um estagiário, este deve deixar algo de útil, decidiu-se que como fruto deste estágio seria elaborado um documento em forma de Plataforma tecnológica do CNPq sobre Piscicultura Marinha. Sobre este documento temos a informar o que segue:

1) PLATAFORMA TECNOLÓGICA:

Entende-se como "plataforma" a criação e a implementação de mecanismos de comunicação entre todos os interessados no setor, no sentido de viabilizar a identificação de necessidades tecnológicas dos produtores, das empresas, a formação de parcerias para atendê-las, induzir a demanda de projetos cooperativos e definir uma agenda para atividades de ciência e tecnologia.

Os objetivos das plataformas são: avanço do conhecimento; solução de gargalos tecnológicos; promoção da inovação tecnológica; e gestão tecnológica (Carlos Eduardo M. de Proença et al., 2001).

2) ESTRUTURA DO DOCUMENTO:

O documento a ser elaborado deveria trazer um histórico da Piscicultura Marinha no Brasil: o que foi feito até agora, por quem e onde.

Em seguida deveria ser elaborado um texto com o diagnóstico da situação atual: quais espécies são potenciais para cultivo sustentável, como andam as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico para estas espécies, tempo em que poderia se iniciar a produção, etc.

Como terceiro passo para elaboração do documento, seriam levantados os gargalos hoje existentes ao desenvolvimento de uma atividade economicamente viável: disponibilidade de formas jovens, de ração, de assistência técnica especializada, quais os entraves legais para o desenvolvimento (cessão de uso de águas de domínio da União, introdução de espécies exóticas), análise de mercado (oferta e demanda), etc.

No último capítulo seriam relacionadas as ações a serem realizadas para o Foguete da Piscicultura Marinha decolar, ou seja, apontadas as soluções possíveis para os problemas da atividade, indicando quais órgãos do Governo Federal, governos municipais e estaduais e instituições privadas poderiam contribuir para o desenvolvimento da atividade.

3) VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO:

Seria realizada uma reunião com os especialistas do país para discutir as idéias gerais do texto; propor mudanças; acertar dados que por ventura tenham sido erroneamente apresentados; redefinir, se preciso, as ações propostas e/ou propor outras atividades importantes que tenham sido esquecidas.

4) COMO FOI CONDUZIDA A ATIVIDADE:

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca do MAPA que não resultou em nada. A pesquisa continuou pela coleção da Revista Panorama da Aqüicultura, do primeiro ao último número, com a obtenção de 10 textos e contatos de alguns pesquisadores brasileiros. Revistamos todos os anais de congressos de Aqüicultura disponíveis na biblioteca da Diretoria de Desenvolvimento da Aqüicultura, inclusive do último SIMBRAq, desta forma levantamos mais alguns contatos interessantes.

Solicitamos via e-mail aos autores das publicações que nos mandassem os trabalhos na íntegra, bem como outros trabalhos que tivessem disponíveis em meio eletrônico ou impresso. Não tivemos respostas satisfatórias da maioria dos pesquisadores. Assim, não foi possível elaborar o documento como tínhamos nos proposto.

Não será apresentado nenhum resultado deste empreendimento aqui por não ter sido discutido nem elaborado nenhuma minuta do documento. O Supervisor não teve tempo de discutir o tema desde o "World Aquaculture 2003", em maio, por excesso de afazeres, pelas mudanças realizadas na Secretaria, discussão do PPA, etc.

ANÁLISE CRÍTICA DO ESTÁGIO

O estágio realizado na SEAP/PR foi uma experiência muito interessante por ter mostrado como funciona uma instituição pública: atividade sujeita à burocracia; aos limites impostos pela legislação; dependência de outrem, não diretamente relacionados ao que estamos fazendo, para solucionar problemas práticos, como concertar um telefone ou instalar um cabo de rede; sujeito aos humores políticos.

O ritmo de trabalho na Secretaria é muito diferente do que vínhamos entendendo como ritmo de um empreendimento de produção, onde, se alguma coisa não funciona direito, os esforços são imediatos para sua solução.

Um órgão de fomento da atividade de aqüicultura é um bom lugar para se perceber o quanto precisa ser feito por ela para que se desenvolva de forma a garantir sustentabilidade, competitividade, trabalho e renda.

Para que as ações necessárias ao desenvolvimento da aqüicultura sejam concretizadas é imprescindível que quatro elementos atuem juntos: 1. equipe técnica especializada; 2. dinheiro; 3. apoio logístico; e 4. vontade política.

Quanto a dinheiro, só no próximo ano, quando entra em vigor o próximo PPA. A equipe técnica não está totalmente montada, vários cargos estão em aberto ainda. O apoio logístico está se estruturando: redes de computadores, telefones, salas de trabalho, mesas e cadeiras para os vindouros, etc. Nestes três meses passados no seio dos acontecimentos pudemos observar uma grande vontade política, por parte de Secretário, Subsecretários, Diretores e Coordenadores, de que as atividades de aqüicultura e pesca se desenvolvam de forma a provar quanto era importante para o País que fosse criado um Ministério para defendê-las.

Podemos dizer que o aprendizado possibilitado por este estágio obrigatório provavelmente não teria vindo de outra forma, possivelmente não teria escolhido trabalhar no centro da política para o desenvolvimento da aqüicultura como primeiro emprego.

BIBLIOGRAFIA

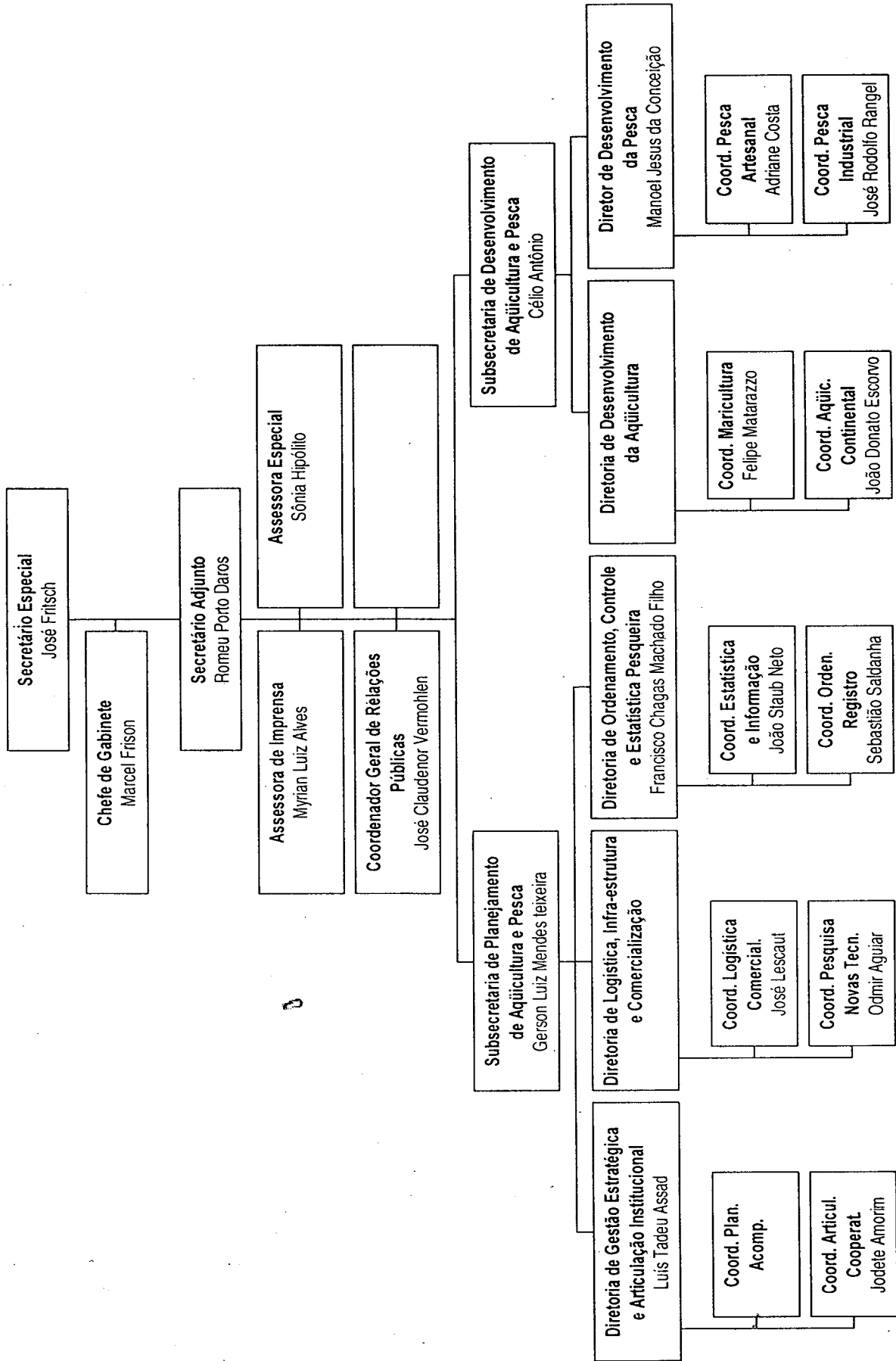
- PROENÇA, Carlos Eduardo M. de et al. – **Plataforma Tecnológica da Truticultura**, Brasília/DF, MCT/CNPq; MAPA/SARC/DPA, 2001.
- SEAP/PR (a)- **Estatísticas da Pesca 1994-2002**, não publicado, Brasília/DF.
- SEAP/PR (b) - **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca**, Brasília/DF, 2003.

ANEXOS

- ANEXO 01 – Organograma da SEAP/PR
- ANEXO 02 – Exemplo de Parecer técnico
- ANEXO 03 – Exemplo de relatório

ANEXO 01 – Organograma da SEAP/PR

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - PR



ANEXO 02 – Exemplo de Parecer técnico



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA

Parecer Técnico nº 000/03 DDA/SSDAP/SEAP/PR

Brasília, 26 de junho de 2003.

Assunto: Projeto X, Processo nº
70610.001213/2003-12.

Senhor Coordenador,

O Projeto X foi enviado a esta Secretaria por Fulano de Tal para análise.

Sobre o documento em tela temos a informar o que segue:

1. O documento tem tal objetivo.
2. O montante necessário para implantação é tal.
3. O tamanho do empreendimento condiz/não condiz com a infra-estrutura solicitada.
4. Estão/ não estão presentes dados necessários para análise.
O projeto é/não é de interesse desta SEAP/PR.
Sugerimos que sejam apresentados outros documentos.

É o Parecer.

Atenciosamente,

Luz Weber Baladão
Diretoria de Desenvolvimento da Aquicultura

ANEXO 03 – Exemplo de Relatório



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA**

Brasília, 26 de maio de 2003.

RELATÓRIO

**CULTIVO DE ALGAS POR PESCADORES ARTESANAIS E ALGUEIRAS NO
NORDESTE BRASILEIRO – REUNIÃO COM A FAO**

O Workshop realizado em Brasília nos dias 21 e 22 de maio de 2003 foi realizado para a avaliação e o encerramento da primeira fase do projeto piloto.

O Projeto “Cultivo de Algas em Pequena Escala no Nordeste do Brasil” realizado através de um Programa de Colaboração Técnica com a FAO (TCP/BRA/0065/FAO). Foi empreendido nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, custeado nos dois primeiros anos pela FAO e pela OCB. Segundo disposto no item V do Programa o Governo se comprometeu a assumir a continuidade do mesmo, na época, responsabilidade conferida ao DPA/MAPA.

Com a extinção do Departamento de Pesca e Aquicultura e a criação da SEAP/PR, cabe à Secretaria assumi-lo. Para dar subsídio a tomada de decisão com relação a continuidade deste Programa, os resultados e problemas do mesmo estão relatados abaixo:

SISTEMA DE CULTIVO

O gênero *Gracilaria*, selecionado para este trabalho, tem relevante importância comercial por ser produtora da ágar, ficocolóide largamente utilizado nas indústrias de alimentos e de cosméticos.

As algas foram cultivadas a partir de cepas (mudas) de 50-100g, distanciadas umas das outras 10cm. Neste sistema as algas atingiram tamanho comercial em 60 dias, com diminuição do crescimento a partir do final do terceiro mês.

A estrutura de cultivo utilizada é de long-lines de 25 ou 50m, suspensos por bóias de isopor ou grupamento de embalagens PET. A fixação no fundo é feita com poitas de concreto. Ao custo de implantação por corda de 120 reais.

O Projeto pretende que cada família possua um módulo de cultivo com 12 cordas de 100m ou 24 cordas de 50m, que poderiam produzir até 2500Kg de alga úmida por bimestre, que representaria um retorno financeiro da ordem de 210 reais por mês. Para o trabalho no cultivo, para este rendimento, o estudo calcula que seja necessário o trabalho de uma pessoa por família, trabalhando três horas no cultivo a cada dois ou três dias, para limpeza e retirada de predadores.

DEFICIÊNCIAS DO PROJETO

Para consolidação da produção serão necessários investimentos na capacitação dos produtores nas áreas de administração e planejamento para que a produção seja planejada, facilitando a venda do produto, inclusive por melhores preços que os praticados atualmente.

A assistência técnica deve ser efetiva e fornecida pelo Estado, pois é um insumo importante à produção e custa caro aos pequenos produtores.

O cooperativismo deve ser incentivado e as pessoas das comunidades afetadas devem ser envolvidas na atividade. Muitas pessoas, nas comunidades envolvidas neste trabalho, não têm certeza de que valha a pena esperar as algas crescerem. O conflito entre coletar no meio (extração) ou cultivar está presente e impede o estabelecimento de cooperativas que possibilitariam a solicitação de dinheiro público para investimentos, a solicitação de recursos ao PRONAF, e o pedido de cessão de águas de domínio da União.

A legalização da área resolveria o problema de vandalismo existente por parte dos que utilizam o mesmo recurso hídrico, às vezes pescadores passam com seus barcos sobre o cultivo, arrebatando cordas ou desprendendo material biológico.

A organização de uma cooperativa garantiria volume de produção que provavelmente alcançaria preço de mercado melhor, e possibilitaria a médio ou longo prazo a construção de unidades de beneficiamento da produção.

MERCADO CONSUMIDOR

Existe no Brasil duas empresas que beneficiam algas para extração de ágar, uma na Paraíba e outra no interior de São Paulo. Em 2002 uma única empresa da área de alimentos utilizou 40.000Kg de ágar, importado a um custo por quilograma de 15 dólares.

O produto para empresas do ramo de alimentos deve ser de excelente qualidade, para isto é preciso treinar os produtores em técnicas eficientes de secagem e armazenamento até a comercialização.

CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO

Para consolidação do projeto será necessário investir em ações para:

- Consolidar as associações;
- Concluir processos de cessão de águas de domínio da União;
- Organização de grupos de trabalho;
- Desenvolver técnicas como a "poda", que diminuiria o trabalho no cultivo;
- Realizar cursos de cooperativismo, contabilidade e algocultura.

Atenciosamente,

Luz Weber Baladão
Diretoria de Desenvolvimento da Aquicultura